



7 • Correio Braziliense — Brasília, domingo, 2 de outubro de 2022

<b>Bolsas</b> Na sexta-feira	<b>Pontuação B3</b> Ibovespa nos últimos dias	<b>Salário mínimo</b>	<b>Dólar</b>	<b>Euro</b>	<b>CDI</b>	<b>CDB</b>	<b>Inflação</b>
2,2% São Paulo	108.376 27/9 28/9 29/9 30/9	R\$ 1.212	Últimos 26/setembro 5,381 27/setembro 5,376 28/setembro 5,350 29/setembro 5,395	Comercial, venda na sexta-feira <b>R\$ 5,287</b>	Ao ano <b>13,65%</b>	Prefixado 30 dias (ao ano) <b>13,66%</b>	IPCA do IBGE (em %) Abril/2022 1,06 Maio/2022 0,47 Junho/2022 0,67 Julho/2022 -0,68 Agosto/2022 -0,36



Luiz Inácio Lula da Silva (PT)

## Pontos críticos

Veja uma análise comparativa sobre o que os dois candidatos à Presidência que lideram as pesquisas falam sobre quatro desafios na área econômica



Jair Messias Bolsonaro (PL)

### Alteração do Teto de Gastos

• **CONTEXTO:** Plano preliminar de governo prevê revogação da Emenda Constitucional 95 e substituição por modelo flexível com atuação anticíclica.

• **ANÁLISE:** A alteração é um compromisso de campanha, não apenas um elemento de discurso em busca de votos de esquerda. Lula deve apresentar nos primeiros meses de gestão uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) para substituir o teto de gastos, mas não há detalhamento sobre o novo modelo. Como a expectativa é de que a bancada de esquerda não possua maioria constitucional, será preciso negociar com os partidos do centrão apoio ao novo modelo. Vale destacar que esse grupo suprapartidário apoiou a criação do teto, mas, a partir de 2020, patrocinou medidas que fragilizaram o Novo Regime Fiscal.

### Alteração no Teto de Gastos

• **CONTEXTO:** Admitiu que existe a possibilidade de mudanças nas regras de teto de gastos após as eleições, com foco na revisão dos gastos obrigatórios.

• **ANÁLISE:** Há avaliação de que restam poucos recursos para investimentos, uma vez que os gastos obrigatórios atualmente compõem quase 95% da despesa federal. O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), aliado de Bolsonaro, também é a favor de uma flexibilização para permitir que o Executivo tenha maior poder de manobra para a realização de investimentos, o que indica grandes chances de avanço na Câmara. Contribui para esse cenário a aprovação célere da PEC dos Precatórios e a PEC dos Benefícios durante o atual mandato, duas medidas que contornaram limitações das regras fiscais.

### Aumento do Auxílio Brasil

• **CONTEXTO:** Lula admite em discursos que o benefício será de R\$ 600 a partir de 2023. O programa deve voltar a se chamar Bolsa Família e retomar as condicionantes para o recebimento dos repasses. Além disso, o plano de governo prevê uma transição gradual para um programa de renda mínima.

• **ANÁLISE:** A elevação do valor do benefício deve ser aprovada já no Projeto de Lei Orçamentária (PLOA) de 2023, portanto pelo atual Congresso Nacional, independente de quem for o vencedor em outubro. Com valor definido para o próximo ano, Lula, se eleito, tende a se concentrar na aprovação de uma lei que resgate o "selo" petista para o programa e apresente as condições da chamada "porta de saída" dos beneficiários.

### Manutenção do Auxílio Brasil

• **CONTEXTO:** Bolsonaro afirmou durante convenção partidária do PL que pretende manter Auxílio no valor de R\$ 600.

• **ANÁLISE:** A equipe econômica afirma que a elevação no valor do benefício trará um impacto fiscal anual entre R\$ 50 bilhões e R\$ 60 bilhões. É provável que o pagamento do benefício seja mantido nesse valor como forma de manutenção da popularidade. Contudo, isso diminui substancialmente o espaço para investimentos, bem como o orçamento disponível para os ministérios. Com a tendência de maior participação do centrão no novo governo, a perspectiva é que a abertura de espaço fiscal seja discutida no Congresso. Como o aumento do Auxílio é uma pauta também defendida pela esquerda, não são previstas dificuldades para a abertura de espaço fiscal no legislativo, ainda que haja resistência do mercado.

### Reforma Tributária

• **CONTEXTO:** O plano preliminar de governo prevê aprovação da reforma tributária e também a tributação de lucros e dividendos.

• **ANÁLISE:** Há a expectativa de que, se eleito, Lula possa aproveitar uma das PECs que já tramitam como forma de facilitar a aprovação do tema ainda no primeiro ano do eventual governo. Mesmo aproveitando uma proposta existente, a discussão de uma reforma ampla enfrenta diversos obstáculos devido à alta complexidade da matéria. Recentemente, Lula tem admitido em alguns discursos que poderia optar pela revisão de itens pontuais do sistema tributário como forma de contornar as dificuldades de formação de consenso. É esperado que mudanças nas alíquotas do Imposto de Renda sejam realizadas, uma vez que representam baixo impacto fiscal e seriam bem recebidas pela classe média. A tributação de lucros e dividendos também pode avançar, uma vez que já foi aprovada pela Câmara.

### Reforma Tributária

• **CONTEXTO:** Afirmou que o ideal seria aprovar mudanças tributárias no varejo e manter discurso de defesa da agenda de reformas, inclusive a tributária.

• **ANÁLISE:** O intuito de uma nova reforma continua sendo tornar a economia mais racional e competitiva, mas há obstáculos por ser uma pauta controversa e que pode diminuir a arrecadação de estados e municípios. Nesse sentido, Bolsonaro na prática abriu mão de priorizar a reforma tributária durante seu primeiro mandato. Há consenso na necessidade de ajuste na tabela do Imposto de Renda de pessoas físicas, mas as PECs 45/2019 e 110/2019 — reformas amplas discutidas durante o mandato — seguem travadas. É esperado que Bolsonaro busque aprovar partes da reforma tributária no início do mandato, apesar da falta de consenso entre deputados, senadores e setores do mercado sobre qual seria o formato ideal.

### Alteração na Política de Preços da Petrobras

• **CONTEXTO:** Plano preliminar de governo sinaliza disposição de trabalhar contra a Política de Paridade Internacional (PPI) da Petrobras.

• **ANÁLISE:** A alteração da política de preços exige mudanças na diretoria da empresa. É preciso compor maioria para aprovação de um novo modelo uma vez que o estatuto da Petrobras hoje prevê não apenas a paridade internacional como veda a venda de combustíveis com prejuízo. Nesse sentido, também deve haver pressão significativa do mercado e do Congresso para que alguma independência na política de preços se mantenha. Dessa forma, apesar das críticas ao modelo, possíveis mudanças devem manter ao menos resquícios da política atualmente em vigor. Além disso, as reduções recentes do preço do barril de petróleo podem diminuir a pressão popular já que o preço do combustível na bomba está diminuindo

### Reforma Administrativa

• **CONTEXTO:** Governo enviou proposta em 2020 que não conseguiu avançar. Em 2022 prometeu aumentos a servidores públicos, mas a medida ficou para 2023.

• **ANÁLISE:** O avanço da reforma administrativa deve depender mais da vontade do Congresso do que do governo, assim como na reforma da Previdência. Vale destacar que insatisfações de servidores tendem a se manter no próximo governo, fator que pode dificultar a aprovação de uma reforma mais ampla e reforça pleitos para aumentos e melhoria de carreiras para algumas categorias. Tendo em vista que também há a reforma tributária no horizonte, caberá ao governo decidir em qual delas irá alocar tempo e energia para aprovação, especialmente considerando o período de "lua de mel" que é esperado nos primeiros anos do governo.

Fonte: BMJ Consultores Associados



Presidente eleito terá a dura missão de equilibrar as contas públicas. Para analistas, porém, promessas não cabem no Orçamento

# O difícil cenário do pós-eleição

» ROSANA HESSEL

Hoje, 156,4 milhões de eleitores devem comparecer às urnas para votar no 1º turno das eleições de 2022. Seja quem for o vencedor da disputa ao Planalto, uma certeza é clara, de acordo com analistas: o cenário econômico a ser enfrentado será mais desafiador do que o atual. Um dos principais desafios será justamente o equilíbrio das contas públicas, que não é compatível com promessas populistas feitas pelos dois candidatos à frente das pesquisas.

Um dos motivos desse cenário pouco favorável é o freio de mão da política monetária puxado, pois não será possível para a atividade econômica manter o ritmo de crescimento atual com uma taxa de juros básica (Selic) em patamar elevado, de 13,75% ao ano, pelo menos, até junho de 2023. Essa previsão do mercado, inclusive, foi confirmada pelo presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, na

semana passada, durante a apresentação do Relatório Trimestral de Inflação (RTI), que cogitou um "primeiro corte" no mês de junho do ano que vem, mas não descartou ainda um ajuste para cima na Selic, se for necessário.

Além disso, o país não ficará imune ao processo de desaceleração global, que está em curso. Para piorar, de acordo com os analistas, os riscos fiscais são crescentes. O consenso entre eles é que a questão fiscal será mais desafiadora, apesar de as autoridades tentarem minimizar o problema, ao comemorarem a queda de 78,2% para 77,5% da dívida pública bruta em relação ao Produto Interno Bruto (PIB) entre julho e agosto.

De acordo com analistas, as principais promessas do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e do presidente Jair Bolsonaro (PL) não cabem no Orçamento de 2023, que foi encaminhado pelo Executivo ao Congresso Nacional no fim de agosto,

e estouram a regra do teto de gastos — que já caiu em descrédito desde 2020, quando foi ampliada com a PEC dos Precatórios.

Lula e Bolsonaro já sinalizaram que pretendem mudar o atual arcabouço fiscal, mas analistas destacam que ainda não está claro o que eles pretendem colocar no lugar das regras atuais, que estão frágeis e precisam de modernização dentro de uma discussão transparente e que transmita credibilidade no processo de mudança. Especialistas também apontam a reforma tributária como uma das prioridades do próximo governo. Ela precisará ser encaminhada logo no início do mandato para garantir melhores condições para o crescimento do país, desatando os nós do emaranhado de impostos que travam a economia e que só fazem o país perder competitividade no cenário internacional.

» Leia mais na página 8

## PO NEWS

EDIÇÃO Nº 866 | ANO 47

Boletim informativo das Organizações PaulOOctavio

2 DE OUTUBRO DE 2022 | BRASÍLIA/DF



## EDUCAÇÃO

ATENDIMENTO INTEGRAL A OPERÁRIOS, SEUS FILHOS E NETOS

**Há mais de três décadas, a PaulOOctavio investe na educação.** Todos os anos, seus funcionários, filhos e netos recebem ajuda especial para estudar. No começo do ano letivo, são entregues kits contendo materiais de largo consumo, como cadernos, lápis, canetas e outros. Para receber, basta ter filhos ou netos matriculados no Ensino Fundamental ou Médio.

**A tradição começou após a PaulOOctavio alfabetizar mais de 2 mil operários.** Até o começo dos anos 1990, parte dos trabalhadores da construção civil não sabia ler ou escrever. Com a contratação de professores e a realização de aulas ao fim do expediente, que era antecipado, todos tiveram a oportunidade de se educar. A iniciativa foi copiada por outras empresas, erradicando o analfabetismo nos canteiros de obras.

**Com o advento do mundo digital, a PaulOOctavio investiu em cursos** para apresentar a seus operários esta importante ferramenta. Com a mesma modelagem da alfabetização, as aulas já atingiram mais de 1.000 funcionários, que hoje já têm contas de e-mail e em redes sociais, permitindo ainda que, no futuro, possam se integrar às novas formas de trabalho nas obras.

www.paulooctavio.com.br